

Rubens Requião

Catedrático de Direito Comercial do Curso de Direito e Catedrático de Instituições de Direito Privado do Curso de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Sócio Honorário do Instituto dos Advogados da Bahia.

DIREITO COMERCIAL

1^o volume

34^a edição, revista e
atualizada por Rubens Edmundo Requião

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2^ª a 6^ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editoria de conteúdo Henderson Fürst
Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Liana Ganiko Brito

Arte e diagramação Perfekta Soluções Editoriais
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Elaine Aparecida Costa Pires

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro

Capa Andrea Vilela de Almeida

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-00515-0 obra completa
 ISBN 978-85-02-62213-5 volume 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Requião, Rubens

Curso de direito comercial : volume 1 / Rubens Requião —
 34. ed., rev. e atual. por Rubens Edmundo Requião — São Paulo :
 Saraiva, 2015.

1. Direito comercial 2. Direito comercial - Brasil I. Título.

12-10646

CDU-347.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 347.7

Data de fechamento da edição: 9-3-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n.º 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

107.778.034.001

968192

ÍNDICE SISTEMÁTICO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO COMERCIAL

I — NOÇÕES E ÂMBITO DO DIREITO COMERCIAL

Conceitos gerais

1.	Conceito econômico de comércio	29
2.	Conceito jurídico de comércio.....	31
3.	Direito econômico e direito comercial.....	32

Formação histórica do direito comercial

4.	Origens do direito comercial.....	34
5.	O direito comercial como disciplina histórica dos comerciantes (<i>Conceito subjetivo</i>).....	35
6.	O direito comercial como disciplina dos atos de comércio (<i>Conceito objetivo</i>)	38
7.	O direito comercial como o direito das empresas (<i>Conceito subjetivo moderno</i>).....	40
8.	História do direito comercial no Brasil.....	41

Autonomia do direito comercial

9.	Dicotomia do direito privado.....	45
10.	A defecção e retratação de Vivante	46
11.	A dicotomia no direito brasileiro	47
12.	Tentativas de unificação no Brasil.....	49

Matéria comercial

13.	Conteúdo da matéria comercial.....	53
-----	------------------------------------	----

Fontes do direito comercial

14.	Conceito de fontes do direito comercial	55
15.	Exclusão do direito civil.....	55
16.	Leis comerciais	56
17.	Usos comerciais	58

O espírito do direito comercial

18.	As características do direito comercial.....	60
-----	--	----

II — DOS ATOS DE COMÉRCIO

19.	Interesse do estudo dos atos de comércio.....	63
20.	As imprecisões da teoria dos atos de comércio.....	64
21.	Teoria de Alfredo Rocco.....	64
22.	Teoria da mediação e especulação.....	66
23.	Sistemas legislativos.....	67
24.	Os atos de comércio no direito comercial brasileiro.....	68
25.	Classificação dos atos de comércio.....	70
26.	A teoria dos atos mistos no direito brasileiro.....	71
27.	O bifrontismo da compra e venda.....	71
28.	Classificação dos atos de comércio proposta por J. X. Carvalho de Mendonça.....	72

PRIMEIRA PARTE

O EMPRESÁRIO COMERCIAL

III — A EMPRESA

Noção econômica e jurídica de empresa

29.	Noção econômica de empresa.....	77
30.	Noção jurídica de empresa.....	78

Desenvolvimento do conceito jurídico de empresa

31.	O conceito de empresa no direito francês.....	80
32.	O conceito de empresa no direito italiano.....	81
33.	O conceito de empresa no direito brasileiro.....	84
34.	A empresa, uma abstração.....	87
35.	A empresa como objeto de direito.....	88
36.	Distinção entre empresa e sociedade.....	89
36-A.	Espécies de empresa.....	89

O Estatuto da Microempresa (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP)

36-B.	A desburocratização.....	91
36-C.	Definição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.....	94
36-D.	Registro especial — enquadramento.....	96
36-E.	Desenquadramento e reenquadramento.....	101
36-F.	Regime tributário e fiscal.....	102
36-G.	Regime previdenciário e trabalhista.....	105
36-H.	Do associativismo. Estímulo ao crédito e à capitalização — estímulo à inovação.....	107
36-I.	Desenvolvimento empresarial.....	109
36-J.	Das penalidades.....	112

IV — O TITULAR DA EMPRESA

Noção de empresário comercial

37.	Empresário comercial ou comerciante.....	115
-----	--	-----

38.	Conceito	116
39.	Definição de empresário	117
40.	Espécies de empresário	118
40-A.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	119

A antiga figura de comerciante

41.	Caracterização de comerciante	128
42.	Qualificação de comerciante no direito comercial brasileiro	130
43.	Sistemas de qualificação de comerciante (empresário)	132

Condições para o exercício da atividade comercial

44.	Requisitos para o exercício da atividade comercial	134
45.	a) Capacidade	135
46.	A mulher casada	135
47.	b) Incapacidade	140
48.	O menor comerciante	140
49.	Autorização para comerciar	143
50.	Suprimento de autorização	144
51.	O menor como sócio de sociedade comercial	145
52.	A incapacidade do interdito para exercer o comércio	147
53.	c) Incompatibilidades para o exercício da atividade comercial	149
54.	Proibição dos funcionários públicos	150
55.	Extensão da proibição	151
56.	Consequências da violação da proibição	152
57.	O comércio pela mulher do proibido de comerciar	152
58.	Proibição do comércio pelo falido	153

O comércio pelo estrangeiro

59.	O exercício do comércio pelo estrangeiro residente no País	154
60.	O exercício do comércio do residente no exterior	155

**V — REGISTRO PÚBLICO DE INTERESSE DOS
EMPRESÁRIOS COMERCIAIS**

61.	Registro Público de Empresas Mercantis, da Propriedade Industrial e de Proteção de Cultivares	157
-----	---	-----

Registro Público de Empresas Mercantis (Registro do Comércio)

62.	Os antigos Tribunais do Comércio	160
63.	A criação das Juntas Comerciais	161
64.	Registro Público das Empresas Mercantis	162
65.	Rede Nacional para Simplificação e Legalização de Empresas e Negócios — REDESIM	164
66.	Composição das Juntas Comerciais	167
67.	Competência para conhecimento de questões judiciais	173
68.	Efeitos do Registro Mercantil	174
69.	Conteúdo do Registro Público de Empresas Mercantis	175
70.	A matrícula	177
71.	O arquivamento	177
72.	O registro	182
73.	Autenticação dos livros comerciais	184
74.	Proibições de arquivamento	184

75.	Assentamento dos usos e costumes mercantis	186
76.	Saneamento da atividade mercantil	186
77.	Cadastro Geral dos Comerciantes e das Sociedades Mercantis.....	189
77-A.	Modelos e cláusulas padronizadas para a constituição das sociedades personalistas.....	191
77-B.	O processo decisório.....	193
77-C.	O processo revisional.....	194
77-D.	Das disposições finais e transitórias.....	195

Registro da Propriedade Industrial

78.	Dos bens incorpóreos.....	197
79.	Da Propriedade Industrial.....	197
80.	Do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).....	201
81.	Processo administrativo de concessão do privilégio e do registro.....	204
81-A.	Disposições gerais da Lei nº 9.279/96	205
81-B.	Os crimes contra a Propriedade Industrial	209
81-C.	Disposições transitórias ou finais da Lei nº 9.279/96.....	210
81-D.	Lei de Proteção de Cultivares.....	212
81-E.	Serviço Nacional de Proteção de Cultivares — SNPC.....	213
81-F.	Processo administrativo de concessão da proteção de cultivar.....	214
81-G.	O Certificado de Proteção de Cultivar	215
81-H.	Extinção do direito de proteção.....	217

Registro de direito autoral

81-I.	Registro de programas de computador.....	217
81-J.	Registro Nacional de Cultivares — Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.....	220
81-K.	Registro da topografia de circuito integrado	220

**VI — OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS OS
EMPRESÁRIOS COMERCIAIS**

Obrigações do registro das contas

82.	História do registro das contas	223
83.	Obrigações comuns a todos os empresários comerciais	224
84.	Contabilidade	228
85.	Auditoria contábil independente.....	234

Livros comerciais

86.	Sistemas legais.....	237
86-A.	Autenticação dos livros e instrumentos do comércio	238
87.	Livros obrigatórios comuns	241
88.	Livros obrigatórios especiais	242
89.	Livros facultativos.....	242
90.	Livros fiscais	242
91.	Fichas contábeis.....	245
92.	Sistema eletrônico de escrituração	246
93.	Microfilmagem de livros e fichas contábeis.....	248
94.	Legalização dos livros mercantis.....	249

O valor probante dos livros comerciais

95.	Força probatória dos livros comerciais.....	250
96.	Exibição dos livros comerciais.....	252
97.	a) Exibição judicial total.....	253
98.	b) Exibição judicial parcial.....	255
99.	Recusa de exibição judicial.....	255
100.	Exibição dos livros à fiscalização tributária.....	256
101.	O sigilo dos livros comerciais.....	258
102.	Conservação da escrituração comercial.....	261

VII — COLABORADORES DA EMPRESA

Noções gerais

103.	Conceito e classificação.....	263
104.	Natureza jurídica da colaboração.....	264

Auxiliares dependentes internos

105.	Espécies de auxiliares dependentes.....	265
106.	Gerentes e empregados.....	265
107.	Guarda-livros.....	268

Auxiliares dependentes externos

108.	Vendedores viajantes e pracistas.....	269
------	---------------------------------------	-----

A) Auxiliares independentes

109.	a) Corretores.....	270
110.	Conceito.....	270
111.	b) Corretores de mercadorias.....	271
112.	c) A Lei nº 8.934/94.....	271
113.	Natureza jurídica da corretagem.....	272
114.	Condições de exercício da atividade.....	274
115.	Limitações ao exercício da atividade.....	275
116.	Livros essenciais dos corretores.....	275

B) Leiloeiros

117.	Conceito.....	276
118.	Natureza jurídica.....	277
119.	Condições de exercício da atividade.....	278
120.	Livros essenciais dos leiloeiros.....	279

C) Representantes comerciais — agentes

121.	Origem.....	280
122.	Conceito.....	280
123.	Natureza jurídica.....	281
124.	Natureza mercantil da atividade.....	282
125.	Opinião dos autores nacionais.....	286
126.	A doutrina estrangeira.....	286
127.	A questão em face do conceito de empresa.....	288

128.	Tipos de atividade.....	288
129.	Remuneração (<i>Comissão</i>).....	289
129-A.	Outras condições impostas pela nova redação da Lei nº 4.886/65 e o Código Civil.....	290
130.	Rescisão do contrato: indenização e aviso prévio.....	292
130-A.	Contrato de distribuição.....	293
131.	Conselhos de Representantes Comerciais.....	294

VIII — ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A) Nome comercial, de empresa ou empresarial

132.	Conceito.....	295
133.	Natureza jurídica.....	297
134.	Espécies de nome comercial, ou de empresa ou empresarial.....	299
135.	Sistemas legislativos.....	301
136.	a) Sistema da veracidade.....	301
137.	b) Sistema da liberdade plena.....	306
138.	c) Sistema eclético.....	306
139.	Exclusividade do uso do nome comercial ou empresarial.....	307
140.	Alienabilidade do nome comercial ou empresarial.....	311

B) Das marcas de produto ou serviço

141.	Conceito.....	313
142.	Origem.....	316
143.	Natureza jurídica.....	318
144.	Requisitos das marcas.....	320
145.	a) Originalidade.....	321
146.	b) Novidade.....	323
147.	c) Licitude.....	327
148.	Modalidades de uso.....	328
149.	Tipos de marcas.....	328
150.	Espécies de marcas.....	328
150-A.	Dos sinais não registráveis.....	333
151.	Processo de registro de marcas.....	337
152.	Nulidade do registro. Cancelamento administrativo do registro. Ação de nulidade.....	340
152-A.	Dos direitos sobre a marca e a proteção conferida pelo registro. Perda dos direitos decorrentes do registro.....	343
153.	Prazo de vigência do registro.....	348
154.	Cessão, transferência e contrato de licença de uso da marca.....	350
155.	Transferência de tecnologia. Contrato de franquia.....	351

C) Expressões ou sinais de propaganda

156.	Conceito.....	354
------	---------------	-----

IX — ELEMENTOS DO EXERCÍCIO DA EMPRESA

O fundo de comércio ou estabelecimento comercial

157.	Noção.....	358
158.	Natureza jurídica.....	358

159.	Estabelecimento principal, filiais e sucursais.....	365
160.	Cessão ou venda, penhor e desapropriação do estabelecimento comercial.....	367
161.	Elementos do estabelecimento comercial.....	372
162.	Bens corpóreos.....	373
163.	Os imóveis	374
164.	Bens incorpóreos.....	374
165.	Outros bens incorpóreos	379

Título de estabelecimento

166.	Conceito	379
167.	Limites do registro.....	381
168.	Requisitos do registro de título de estabelecimento e insígnia.....	381
169.	Cessão e transferência.....	381
170.	Títulos de estabelecimento não registráveis	382

Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. Conceitos

171.	Invenção e modelo de utilidade — conceitos	382
172.	Patente.....	386
173.	Desenhos industriais — conceito.....	386
173-A.	Titularidade dos desenhos industriais.....	387
173-B.	Dos desenhos industriais registráveis.....	388
173-C.	Prioridade dos desenhos industriais.....	389
173-D.	Do depósito do pedido.....	389
173-E.	Das condições do pedido.....	390
173-F.	Do processo e do exame do pedido.....	390
173-G.	Da concessão e da vigência do registro	391
173-H.	Da proteção conferida pelo registro	391
173-I.	Da nulidade do registro	393
173-J.	Ação de nulidade	394
173-K.	Extinção do registro.....	394
174.	Origem do direito ao privilégio de invenção.....	395
175.	Natureza jurídica.....	397
176.	Condições legais para a concessão do privilégio.....	397
177.	Requisitos para a concessão do privilégio.....	398
178.	Direito de prioridade.....	403
179.	Invenções e modelos de utilidade não privilegiáveis.....	404
180.	Da concessão e da vigência da patente	409
180-A.	Da proteção conferida pela patente	410
180-B.	Do usuário anterior	412
180-C.	Do pedido de patente e suas condições.....	413
180-D.	Do processo e do exame do pedido.....	414
181.	Transferência do privilégio. Cessão do pedido de patente. Anotações.....	416
181-A.	Da licença voluntária	416
181-B.	Da oferta de licença	418
182.	Da licença compulsória.....	419
183.	Patente de interesse da defesa nacional.....	423
183-A.	Certificado de adição de invenção.....	424
184.	Da invenção e modelo de utilidade realizados por empregado, prestador de serviços ou estagiário.....	424

185.	Extinção da patente.....	428
186.	Da retribuição anual.....	429
186-A.	Da restauração.....	429
186-B.	Da nulidade da patente.....	429
186-C.	Topografia de circuitos integrados.....	431

X — ATRIBUTOS DA EMPRESA

O aviamento

187.	Razão de ordem.....	437
188.	Conceito.....	438

Clientela

189.	Conceito.....	439
190.	Natureza jurídica do aviamento e da clientela.....	440
191.	Tutela jurídica da clientela — repressão à concorrência desleal.....	443
192.	Conceito.....	445
193.	Atos de concorrência desleal.....	446
194.	a) Atos que criam confusão.....	448
195.	b) Desvio de clientela.....	449
196.	c) Atos contrários à moralidade.....	449
197.	Atos que não constituem concorrência desleal.....	450
198.	Convenções de não concorrência.....	451
199.	Convenções ilícitas.....	451
200.	Convenções lícitas.....	453
201.	a) Cláusula de não restabelecimento.....	453
202.	b) Cláusula de não concorrência em contrato de trabalho.....	454
203.	c) Cláusula de não concorrência em contrato social.....	455
204.	Convenções de exclusividade.....	456
205.	Condições de validade das cláusulas restritivas da concorrência.....	457

SEGUNDA PARTE

SOCIEDADES COMERCIAIS (EXERCÍCIO COLETIVO DA EMPRESA)

XI — NOÇÕES GERAIS

206.	Conceito.....	461
207.	Terminologia: associação, sociedade, companhia e empresa.....	462
208.	Desenvolvimento histórico das sociedades.....	464
209.	Classificação das sociedades.....	467

XII — O ATO CONSTITUTIVO DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

Natureza jurídica do ato constitutivo

210.	Ato constitutivo.....	471
211.	Teorias anticontratualistas.....	473
212.	Teoria do ato corporativo, do ato de fundação ou do ato de união.....	475
213.	Teoria da instituição.....	475
214.	Teorias contratualistas.....	476

Personalidade jurídica

215.	Conceito	479
216.	A personalidade jurídica no direito brasileiro	481
217.	Problemas decorrentes da personificação	482
218.	A doutrina da superação da personalidade jurídica (" <i>Disregard of Legal Entity</i> ")	484
219.	Aquisição da personalidade jurídica (<i>Sociedades irregulares</i>)	488
220.	Efeitos da personalidade jurídica	490

O contrato de sociedade empresária

221.	Elementos do contrato	497
222.	Elementos comuns	497
223.	Elementos específicos	501
224.	a) Pluralidade de sócios	501
225.	b) Constituição do capital social	503
226.	Natureza jurídica da contribuição dos sócios	504
227.	Intangibilidade do capital social	507
228.	c) " <i>Affectio societatis</i> "	510
229.	d) Coparticipação nos lucros e nas perdas	511
230.	Princípio da maioria e a alteração do contrato social	511

XIII — VÁRIOS TIPOS DE SOCIEDADES DE PESSOAS

Tipicidade das sociedades de pessoas

231.	Razão de ordem	517
232.	Sociedade simples	518
232-A.	Sociedade cooperativa	525
233.	Sociedade em nome coletivo	535
234.	Sociedade em comandita simples	537
235.	Sociedade de capital e indústria	540
236.	Sociedade em conta de participação	541

A figura do sócio

237.	Terminologia	544
238.	Aquisição da qualidade de sócio	545
238-A.	Exclusão do sócio	548
239.	Amplitude da responsabilidade do sócio	554
240.	Responsabilidade ilimitada do sócio que ingressa	555
241.	Responsabilidade ilimitada do sócio que se retira	558
242.	Responsabilidade ilimitada do sócio cessionário	560
243.	Ingresso e retirada do sócio de responsabilidade limitada	561
244.	Os credores do sócio e o patrimônio social	564
245.	Responsabilidade do sócio na liquidação da sociedade	565

A gerência ou administração

246.	Noção	567
247.	Delegação das funções de gerente	569
248.	Gerência de sócio — sócio-pessoa jurídica	571
249.	Nomeação e destituição do gerente	573
250.	Remuneração do gerente ou administrador	576
251.	O uso da razão social	576
252.	Restrições contratuais aos poderes do gerente ou administrador	579

XIV — SOCIEDADE LIMITADA

Noções gerais

253.	Conceito	583
254.	Aparecimento e desenvolvimento histórico.....	584
255.	A introdução das sociedades por quotas no Brasil.....	587
256.	O laconismo da lei.....	588
257.	Classificação da sociedade	592
258.	O personalismo da sociedade limitada	594

A constituição da sociedade

259.	O contrato social.....	597
260.	O contrato social entre cônjuges	599
261.	Alteração do contrato social por maioria	603

A quota social

262.	A estrutura das quotas	606
263.	Natureza jurídica das quotas.....	608
264.	Cessibilidade das quotas	609
265.	A impenhorabilidade das quotas	611
266.	A aquisição de quotas pela sociedade	614

O sócio-quotista

267.	Generalidades.....	616
268.	Sócio menor de idade	617
269.	A exclusão do sócio remisso	619
270.	A solidariedade entre os sócios	621
271.	O recesso do sócio	623
272.	A cessão de quotas e a alteração do contrato social.....	625
273.	A responsabilidade ilimitada dos sócios-quotistas.....	628

A administração da sociedade

274.	A gerência.....	636
275.	A escolha do sócio-gerente ou administrador.....	638
276.	A delegação da gerência	640
277.	Responsabilidade do sócio-gerente.....	641
278.	O abuso e uso indevido da razão social	644
278-A.	A assembleia dos sócios — reunião.....	645
278-B.	Conselho Fiscal.....	653